

O CENTENÁRIO DE MORTE DO SENADOR POMPEU

Senador Mauro Benevides

Sr. Presidente,

Srs. Senadores:

Quando assumi, em 1975, a cadeira de Senador pelo Ceará, ocupei esta tribuna, em longo pronunciamento, no curso do qual defini a minha linha de conduta na Casa, a exemplo do que fizeram os demais colegas, eleitos no pleito de 15 de novembro do ano anterior.

E, por um imperativo de justiça, rendi preito de admiração e saudade a muitos dos que desempenharam, como representantes do meu Estado, o mandato senatorial, realçando-lhes o trabalho levado a efeito em favor do País.

Entre os que foram, naquela ocasião, merecidamente relacionados, estava Thomaz Pompeu de Souza Brasil que, hoje, ao comemorar-se o transcurso do centenário de sua morte, recebe esta homenagem especial do Senado da República.

Da mesma forma como Antônio Pinto Nogueira Acioly, Francisco de Paula Pessoa, Figueira de Melo, João Cordeiro, João Tomé, Joaquim Catunda, Senador Alencar, Castro Carreira, José Pompeu Acioly, Fernandes Vieira, Costa Barros, Pedro Borges, Viriato Medeiros e tantos outros, Thomaz Pompeu integrou este Plenário, tudo fazendo para honrar as tradições políticas e culturais do povo cearense.

Os nossos Anais — como adiante se verá — registram a sua participação destacada na vida parlamentar brasileira, ensejando a que se constate a

dignidade em que foi pautada a sua conduta como homem público, voltada para a defesa das grandes causas nacionais.

O historiador alencarino Hugo Victor Guimarães, em seu livro de pesquisas intitulado “Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará”, aponta Thomaz Pompeu de Souza Brasil como “uma das maiores cerebrações” do nosso Estado.

Nascido nos sertões de Santa Quitéria, em 1818, para Fortaleza veio na companhia de seu tio Gregório Francisco Torres e Vasconcelos, daí embarcando para o Recife, em 1834, com o objetivo de cursar o Seminário de Olinda e a Academia de Direito, conseguindo ordenar-se em setembro de 1841 e colar grau em Ciências Jurídicas dois anos depois.

Ao regressar à sua terra natal, com o apreciável lastro de cultura que lhe foi dado alicerçar naquelas duas vestustas entidades educacionais, Thomaz Pompeu empolgou-se com a instalação de um estabelecimento oficial de ensino – o que veio a ocorrer em 1845 – fundado que foi naquele ano, o tradicional Liceu do Ceará, por cujas classes têm passado sucessivas gerações.

Como primeiro Diretor do Liceu e da Instrução Pública, o inolvidável mestre impôs-se à admiração de seus discípulos, em razão de sólido preparo e notória competência, granjeando aura de prestígio invulgar no seio da comunidade cearense.

O destaque que alcançou no magistério fê-lo figura de marcante evidência em todos os círculos sociais, o que motivou, ao lado de indissolúvel vocação, seu efetivo ingresso na atividade política, quando, na condição de suplente, assumiu, entre 45 e 47, a cadeira do deputado geral José Costa Barros, falecido antes de empossar-se.

Somente em 1864, na vaga do Dr. Miguel Fernandes Vieira, é que Thomaz Pompeu de Souza Brasil foi eleito e nomeado Senador pelo Ceará.

Na velha Câmara do Senado, tinha início, então, uma atuação proficiente e brilhante, conforme assinalam os seus biógrafos e o atestam os pesquisadores da nossa história parlamentar.

Desta tribuna expunha ele, com notável sapiência, idéias e fatos, discutindo-os aprofundadamente, numa demonstração de que se achava a par da problemática nacional.

O Príncipe dos poetas cearenses, Cruz Filho, referindo-se a Thomaz Pompeu, citava-o entre os mais distinguidos brasileiros, chamando-o de

“professor, jornalista, orador parlamentar e cientista, que nos legou notáveis obras.”

Por sua vez, o Barão de Studart, autor de clássico e alentado Dicionário Bio-Bibliográfico, assim se manifesta sobre o Senador Pompeu:

“Cearense notável, foi presbítero, bacharel em direito, professor, autor de várias obras e político de valor, quer nos comícios populares, quer na tribuna parlamentar, quer na imprensa.”

Dotado de privilegiada inteligência, teve sempre incessante atividade cultural, sendo numerosos os seus trabalhos publicados, habitualmente acolhidos com calorosos aplausos pelos estudiosos dos assuntos neles versados.

Dentre os mesmos, convém referir, na seqüência cronológica em que foram elaborados:

- Princípios Elementares da Cronologia para Uso do Liceu do Ceará (1850)
- Memória sobre a Estatística da População e Indústria da Província do Ceará (1850)
- Eleição do Quarto Distrito(1857)
- Compêndio de Geografia Geral(1857)
- Ensaio Estatístico da Província do Ceará (1863/64)
- Compêndio de Geografia Geral e Especial do Brasil (anteriormente intitulado apenas Compêndio de Geografia Geral) (1864)
- Memória sobre o Clima e Secas no Ceará (1877)
- Sistema ou Configuração Orográfica do Ceará (1877)
- Juízo Histórico do Senador Pompeu sobre os fatos do Ceará (póstumo), na Revista do Instituto do Ceará (1895)

O historiador Raimundo Girão, em “Pequena História do Ceará”, cita, várias vezes, o Senador Pompeu, conforme se infere de trecho inserido no Capítulo XX:

“Tantos flagelos caíam sucessivamente — e alguns ao mesmo tempo — sobre a população do Ceará, desde 1824 até 1828 — comentava o Senador Pompeu — que admira não ter-se ela inteiramente rarefeito, sucumbindo ao flagício dos homens e da natureza e emigrando para outras províncias.”

Como homem de partido e em razão de seu invejável espírito de liderança, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil comandou a **corrente liberal** no Ceará, que se contrapunha aos conservadores, estruturados estes na presidência do Dr. Manuel Felizardo de Sousa Melo, sucessor do Senador Alencar, em 1837. Somente 4 anos depois é que os conservadores, bafejados pela força dos Fernandes Vieira, notadamente os Drs. Miguel e Gonçalo, consolidaram o seu prestígio, pela adesão do boticário Rodrigues Ferreira e do Comendador José Antônio Machado.

Os liberais, por sua vez, mantiveram-se aglutinados em torno do Dr. Thomaz Pompeu, até a sua morte, quando ocorreu dissensão interna de largas proporções, representada por duas alas inconciliáveis: os **pompeus** ou **minus**, sob a chefia do Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioly e cujos ideais eram defendidos pelo periódico Gazeta do Norte; e os **paulas** ou **riparados**, dirigidos por Rodrigues Júnior, que continuaram utilizando as páginas de “O Cearense.”

Os conservadores, por seu turno, divididos em graúdos e miúdos, vieram a formar coalizões com pompeus e paulas, numa autêntica subestimação a princípios e diretrizes que doutrinariamente deveriam separá-los.

O jornalista João Brígido, com sua pena cáustica, ao se reportar sobre processo de obtenção de votos na chamada Pátria velha, focaliza a eleição a “bico-de-pena e a peso de ouro”, de conformidade com coletâneas de artigos seus, coligidos em Antologia, por Jáder de Carvalho.

À página 489, da aludida Antologia de João Brígido, lê-se:

“Este mesmo agente efetuou também a compra de toda a votação para o chefe liberal, Dr. Pompeu, pela soma insignificante de 600 mil réis, que lhe fora enviada

desta capital por intermédio do Dr. Bernardo Duarte Brandão. Deu-se isto, não obstante encontrar-se na vila o candidato Raimundo de Araújo Lima, que se tinha feito depenar nessa localidade, já tendo sido copiosamente em Lavras. Araújo Lima exasperou-se quando soube que se estava recomendando a ata para o chefe liberal em prejuízo seu. A nenhuma consideração, porém, quiseram atender aos chefes conservadores, que dispunham do colégio a seu talante.”

Com a realização deste pleito, da lista tríplice passou a fazer parte o **chefe liberal**, que foi escolhido Senador em 9 de janeiro de 1864.

A austeridade e coerência de Thomaz Pompeu de Souza Brasil mantiveram-se irrepreensíveis ao longo de sua movimentada vida política, dando lugar, inclusive, a gestos de incomum desprendimento, como o que o levou a rejeitar convite para o desempenho de pasta ministerial do Império, no Gabinete de 31 de agosto de 1865.

Os descendentes do Senador Pompeu, que constituem estirpe das mais nobres, têm sabido honrar-lhe a memória, contribuindo, igualmente, para projetar o Ceará perante o País. Foram quatro os filhos havidos de sua união com a jovem Felismina Carolina Filgueiras: Maria Tereza, Antônio, Thomaz e Hildebrando.

O seu genro, Antônio Pinto Nogueira Acioly, foi o continuador da liderança política, exercida junto aos liberais, passando a chefiar poderosa oligarquia, que preponderou, por longos anos, na estrutura partidária do Estado, com ressonância no âmbito federal.

Dois dos filhos do Comendador Acioly alcançaram-se ao Senador: Thomaz Pompeu Pinto Acioly e José Pompeu Pinto Acioly.

O “sociólogo das secas” Thomaz Pompeu Sobrinho, neto do Senador, foi outro descendente ilustre, transformando-se em vulto dos mais acatados dos círculos intelectuais e científicos do País.

O seu bisneto, Thomaz Pompeu, vem exercendo, em seguidas gestões que chegam no corrente mês ao seu término, a Presidência da Confederação Nacional da Indústria, mercê de uma projeção que conquistou junto aos que compõem a sua categoria econômica.

O transcurso, no último dia 2, do centenário de norte do padre Thomaz Pompeu foi assinalado por significativas solenidades, a mais importante das quais a Sessão Solene promovida pelo Instituto do Ceará, da qual foi orador oficial o conselheiro José Parsifal Barroso.

No magnífico discurso que elaborou, o ex-governador analisou, sob múltiplos ângulos, a personalidade do grande coestaduano, ao mesmo tempo em que teceu considerações em torno de importantes acontecimentos da história política cearense.

Como professor, sacerdote, jornalista, escritor e político, o Senador Pompeu transformou-se em vulto exponencial da própria Nação, em razão, sobretudo, da penetração que obteve junto aos altos escalões do Império.

Sem ser tribuno vigoroso, as suas opiniões, externadas em demorados pronunciamentos ou breves intervenções, eram porém sempre acatadas, exatamente porque pautadas numa linha de equilíbrio e clarividência invejáveis.

Joaquim Manuel de Macedo, em oração publicada na Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, ao comentar o desaparecimento de Thomaz Pompeu assim se manifesta:

“Oh! o Ceará... como lhe tem sido desabridamente fatal o ano de 1877; dos seus mais ilustres e gloriosos filhos, um, o Padre Pompeu, lá morre em setembro; outro, José de Alencar, o mais legítimo representante das letras brasileiras, aqui, a 12 de dezembro, passa prematuramente à eternidade, e sobre tão dolorosas perdas avulta o horror incomensurável da seca.”

Em excelente monografia sobre o Senador Pompeu, a circular ainda no corrente mês, numa edição a ser publicada por iniciativa do Secretário de Cultura do Ceará, Dr. Ernando Uchoa Lima, o historiador Raimundo Girão detém-se sobre o vulto insigne do **chefe liberal**, pondo em relevo a sua extrema dedicação ao partido, como se constata no trecho seguinte:

“De fato, Thomaz Pompeu, cedo, ligou-se ao Partido Liberal e deu-lhe tudo o que uma farta messe de ajudas podia dar e de seus correligionários recebeu tudo que fosse demonstração de acatamento e apoio nas suas austeras decisões.”

O falecido coronel José Aurélio Saraiva Câmara, que integrou o Instituto do Ceará, e ali foi sucedido, anos depois, por seu irmão, o historiador Fernando Câmara, também externou, ao final de abalizada pesquisa empreendida no arquivo pessoal do Senador Pompeu, o seu entusiasmo pela imensa evidência do saudoso líder, ressaltando:

“Todo documentário epistolar, possui, por sua própria natureza, enorme valia histórica e sociológica, que lhe outorga a marca de sinceridade que lhe deve ser própria. Escritas na base da confiança recíproca, repositório de narrações e comentários que a consciência política e social interdita ao grande público, as cartas constituem fonte preciosa para o verdadeiro conhecimento dos homens e dos fatos. No caso em apreço, sua importância cresce pela alta significação dos missivistas e pela natureza do assunto, na sua quase totalidade relacionada com o panorama político do Ceará, no terceiro quartel do século passado.”

Pelo apreço que granjeou junto aos seus Pares, Pompeu com eles convivia em clima de verdadeira fraternidade, tratado com inexcedível cordialidade por figuras eminentes do Império, como Nabuco de Araújo, Duque de Caxias e tantos outros.

Nas páginas de “O Cearense”, o seu fulgurante talento levou-o a escrever artigos memoráveis, definindo o seu pensamento e o da sua agremiação sobre questões de palpitante atualidade.

O Conselheiro Tristão e Frederico Augusto Pamplona, como fundadores daquele periódico, do mesmo se afastaram, anos depois, para o desempenho de cargos públicos, ficando Thomaz Pompeu com a responsabilidade de dirigi-lo, dentro de uma feição ideológica ditada por suas convicções.

Foi, assim, intensíssimo o seu labor jornalístico à frente daquele conceituado órgão da imprensa indígena.

Sr. Presidente,

Srs. Senadores:

Se como jornalista revelou-se talentoso e culto, como parlamentar Thomaz Pompeu de Souza Brasil transformou-se em expressão legítima dos nobres sentimentos do povo cearense.

Os Anais desta Casa, no período compreendido entre 1864 e 1877, consignam a sua notável e patriótica atuação, dedicada ao trato de assuntos da maior relevância para o Ceará e o País.

A diversificação das matérias por ele trazidas a debate e as intervenções a que foi levado em razão de pronunciamentos dos demais senadores comprovam a sua identificação com os problemas de interesse nacional e regional.

Quando, por exemplo, na velha estrutura administrativa do Império, se discutiu o Orçamento da Marinha para 1865, Pompeu lutou a fim de que nele fossem assegurados recursos ponderáveis para viabilizar o ancoradouro projetado para Fortaleza.

Disse ele, então, da tribuna:

“V. Exa. e o Senado estarão lembrados de que o nobre Ministro (da Marinha), quando aqui veio discutir a fixação das forças do mar, nos disse que não faltaria à sua palavra. Esta declaração de S. Exa. foi aceita pelo Senado com satisfação, como era natural, porque na verdade não é pouca cousa a certeza de que um Ministro cumpre suas promessas.

Ora, S. Exa. na outra Casa do Parlamento disse, espontaneamente, que tomava o compromisso de dotar o Ceará de um porto ou procuraria melhorar o estado do porto da capital do Ceará; eu tomo o nobre Ministro pela sua palavra; venho lembrar-lhe esse compromisso, cuja execução desejo.”

O porto reivindicado esperou quase um século para que pudesse servir a contento aos nossos anseios de desenvolvimento e progresso.

Vê-se, assim, que já no passado os nossos antecessores necessitavam de indormida vigilância para que se concretizassem aspirações, mesmo as mais justas e inadiáveis.

Atento, por sua vez, às dificuldades climáticas que vêm marcando crucialmente os cearenses, o senador Pompeu, em agosto de 1864, defendida a preservação das florestas e a construção de açudes, fazendo-o com elegância e percuciência:

“Por muitas vezes hei combatido esse fatal sistema de devastação das florestas que, infelizmente também no Ceará, se pratica para as plantações anuais de legumes, algodão e café. Ainda em 1860, publiquei e espalhei uma **Memória**, não só aconselhando a conservação das matas, como animando a silvicultura e construção de açudes como meio de fertilizar o solo e tornar mais regulares as estações.”

Treze anos após este pronunciamento, abatia-se sobre o Nordeste a mais dramática das calamidades na qual perderam a vida milhares de pessoas.

A seca implacável, que continua, infelizmente, a repetir-se na área do Polígono, seria hoje sensivelmente minimizada, em seus danosos efeitos, se as postulações dos representantes da região houvessem sido, ao longo dos tempos, acolhidas pelos setores governamentais competentes.

Homem cordato, mas de coragem cívica inquebrantável, o senador Thomaz Pompeu nunca tergiversou em assumir posicionamentos enérgicos, investindo, com inflexível firmeza, contra aqueles que descumpriam os seus deveres éticos, em detrimento dos interesses maiores da coletividade.

Na sessão de 6 de junho de 1866, extrai-se uma destas soberbas atitudes, que podem ser encontradas nos fastos de nossa história parlamentar:

“Bem sei, Sr. Presidente, que a coerência ou firmeza de princípios não é hoje uma virtude confessável, desde que um nobre Ministro, cuja palavra sempre autorizada cria situações ou mata a sua vontade, fez na outra Câmara a apologia das apostasias. Peço licença a este

nobre Ministro para conservar minhas antigas crenças, fidelidade aos meus princípios e a não acompanhar o progresso desse terceiro partido criado pelo atual Gabinete.”

Que lição admirável de hombridade e correção lega-nos o inolvidável Senador Pompeu, cuja memória hoje homenageio, em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro!

E muitos outros trechos mereceriam destaque especial, todos eles reafirmadores desta enfiatura incorruptível, mesmo diante do fascínio de permanecer nas graças dos poderosos.

Em 12 de setembro de 1867, na sessão ordinária que então se realizou no Senado, o padre Pompeu enfatizou a sua disposição de luta, afirmando:

“... hesitei se devia romper o silêncio que até hoje me hei imposto na presente sessão, limitando-me tão-somente, ao voto simbólico com que tenho acompanhado os meus amigos de oposição. Talvez devesse continuar neste propósito, talvez fosse mais prudente esta minha reserva; porém, doía-me a consciência ter de retirar-me daqui sem satisfazer um compromisso que contraí o ano passado com o governo, sem protestar desta tribuna contra atos que particular e publicamente tenho reprovado, sem finalmente dar um testemunho solene aos meus amigos da minha província e do império, de que, se na quadra difícil que atravessamos não posso ser-lhes útil, sei ao menos acompanhá-los em seus sofrimentos, nesse sentimento que une, enobrece e consola as causas vencidas — constância e fidelidade na adversidade.”

Defensor das garantias individuais e das liberdades públicas, o senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil focalizou, em inúmeras oportunidades, a manutenção destas conquistas, verberando contra as restrições a elas impostas na realidade vivida pelo País.

Aparteado, certa vez, por Paranaguá, Ministro do Império, o ilustrado cearense retrucou:

“... liberdade de voto! Pois há voto livre em um país onde a eleição é privilégio do governo? Onde ninguém pode ser eleito sem que o governo consinta? Onde os presidentes de província elegem aqueles que o governo manda eleger ou que merecem sua escolha, ou quando muito tolerarão que sejam eleitos alguns adversários *propter scandalum*?”

E, adiante, arremata:

“Como é, pois, que se pode dizer que neste País há com efeito, liberdade de voto? Na eleição passada quase todos os presidentes foram eleitos por permuta.”

Muitas distorções ocorridas à época da política imperial repetem-se, sob novas conotações, nos dias atuais, sem que se veja instaurada a democracia plena, com a qual sonharam os nossos Maiores.

Episódios de intensa movimentação legislativa, como, por exemplo, a **reforma do judiciário**, renovam-se, desde o Império até a República, com nuances decorrentes da época e da conjuntura em que foi a mesma discutida e votada.

Em março e abril deste ano, o Congresso foi instado a manifestar-se sobre Emenda Constitucional, enviada pelo Executivo, alterando o Judiciário, dando lugar a um lastimável hiato no funcionamento das duas Casas — fato condenado acerbamente por todas as nossas correntes de opinião.

Em julho de 1871, proposição assemelhada foi apreciada pelo antigo Senado, tendo o padre Pompeu participado, ativamente, dos debates, sempre utilizando linguagem elevada, mas contundente, nas críticas que formulou à matéria, como se lê:

“Há trinta anos, Sr. Presidente, que esta lei entrou no País por um batismo de sangue, semelhante às instituições do antigo paganismo, que se iniciaram por sacrifícios e imolações; há trinta anos que esta lei escandaliza a Constituição, cujas garantias ela em parte inutiliza; há trinta anos que serve alternativamente de instrumento aos partidos dominantes contra os seus adversários e por isso a sua abolição há sido reclamada por ambos os

partidos. Mas só agora foi-nos dada a esperança de sua revogação, porque só agora baixou a luz divina que inspirou ao governo ou ao partido conservador para retocá-la.”

Insurgindo-se contra a apregoada limpidez do processo eleitoral e o faccioso comportamento do governo no reconhecer a vitória, dos representantes liberais, Thomaz Pompeu emprega sempre uma argumentação convincente ao defrontar-se, na tribuna, com os seus colegas da bancada conservadora.

Na sessão ordinária de 21 de fevereiro de 1873, ao comentar a eleição há pouco efetuada, ressalta contundentemente:

“E o que mais lamento, porque é mais triste, é ver o nobre presidente do Conselho achar não somente isso regular e bom, como vir proclamar no Parlamento que a eleição última é a expressão da verdadeira opinião do País, foi a mais livre que se procedeu nestes últimos tempos.”

Preocupado, permanentemente, com a política de sua Província, Pompeu nunca permitiu que a sua ascensão no plano federal o levasse a esquecer suas origens.

Pelo contrário, quando acontecimentos de real transcendência atingiam a sua terra e a sua gente, assomava à tribuna para clamar por providências ou verberar arbitrariedades, numa incisividade verbal que contrastava com a sua habitual serenidade.

A agressão de um magistrado pelo delegado militar do município de Ipu, no Ceará, levou-o a denunciar à Nação a autoridade prepotente e a convivência de seus superiores, agravada com o respaldo dos líderes conservadores.

Acusa, então, o Senador Pompeu os seus adversários no Estado:

“Antes, porém, de expor o objeto de minha interpeção, permitam-me V. Exas. algumas observações sobre a situação deplorável do Ceará, a ver se desperto a atenção do governo para a sorte de minha infeliz Província

e alguns sentimentos de moderação e justiça para com os proscritos liberais.

A considerar-se a maneira porque o governo e seus partidários tratam o partido liberal no Ceará, dir-se-ia que não é mais o jogo regular dos partidos, entre si, que disputam o triunfo legítimo de sua causa, porém, sim na invasão de conquistadores que pretendem tudo avasalar ou aniquilar, levando ao desespero seus adversários.”

Muitos outros excertos do magistral desempenho parlamentar de Thomaz Pompeu de Souza Brasil poderiam ser aqui alinhados, oferecendo o exato dimensionamento do valor de um homem que, por mais de uma década, representou o meu Estado no Senado, desincumbindo-se com inigualável mestria.

Respeitado pelos adversários e sempre aplaudido por seus companheiros do partido liberal, constituiu figura altamente prestigiada, até mesmo por aqueles a quem combateu intrepidamente neste plenário.

Sobraram, assim, razões ao Senado para reverenciar pela defluência do centenário de seu desaparecimento, tão ínclito vulto de nossa História, que, como político, bem que poderia servir de paradigma aos que o sucederam.

Raimundo Girão, um dos mais lúcidos pesquisadores dos fatos e dos homens do Ceará, ao testemunhar a sua sincera admiração pelo saudoso conterrâneo, o fez em trecho lapidar, que transcrevo neste final de discurso, possuído, igualmente, dos mesmos sentimentos de reconhecimento aos seus incomparáveis méritos:

“A melhor conclusão, ante o conhecimento de todas estas diversas facetas do **curriculum** do Senador Pompeu é a justa e certa de que foi ele a maior cultura intelectual e o maior prestígio político e social de sua época. Ninguém o superou no engenho e arte com que soube trabalhar a vida, mantendo-a digna e acima de tudo útil à sua Pátria e à sua comunidade. O que meto-

dicamente realizou e produziu em quantidade e qualidade o colocou no brônzeo pedestal que sustenta, na memória e na admiração dos pósteros, a grandez e fulgência de sua granítica individualidade.”

A Thomaz Pompeu, Sr. Presidente, a homenagem da Oposição de hoje — a ele que foi sempre um oposicionistas de arraigadas convicções e que sonhou com um Brasil em que prevalecessem todas aquelas conquistas liberais, por cuja implantação em nossa estrutura jurídico-constitucional tão arduamente propugnou.